

Uma aproximação aos conceitos básicos da fenomenologia

Aquiles Cortes Guimarães¹

O termo fenomenologia designa uma nova atitude filosófica assumida por Edmundo Husserl (1859-1938), que redundou num amplo movimento de pensamento disseminado entre as mais notáveis tendências da filosofia contemporânea.

Portanto, fenomenologia não é apenas ciência ou teoria dos fenômenos como poderia sugerir o vocábulo. A fenomenologia tem a sua apresentação inaugural na obra *Investigações Lógicas* de Edmundo Husserl, publicada nos anos 1900/1901. Aí começa a reflexão fenomenológica no século XX. Fenomenologia é o esforço em busca do aprofundamento da compreensão do mundo, numa tentativa de colocar em questão os supostos fundamentos das ciências naturais. A fenomenologia não é um sistema de pensamento. Ela é um método que nos leva a uma atitude radical frente às explicações científicas do mundo. Talvez por isso mesmo, a adesão ao método fenomenológico implique uma espécie de conversão a um novo modo de pensar o mundo natural e o mundo do espírito, para além das ciências naturais e das ciências do espírito, cuja tendência fundamental é reduzir a realidade do mundo à realidade dos fatos. Daí, as várias direções assumidas pelo pensamento fenomenológico que hoje deságuam no denominado “Movimento Fenomenológico”, com uma forte tendência no sentido de privilegiar a hermenêutica na sua expressão linguística. Em última análise, o ser é acontecimento que se revela na linguagem. O pai da fenomenologia não aprovaria essas conseqüências do seu pensamento, sempre voltado para a ideia de rigor filosófico e científico, mas também não estaria insatisfeito com a larga exploração das diretrizes do método fenomenológico, inclusive na área jurídica.

¹Professor dos cursos de Mestrado e Doutorado em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Coordenador do Seminário de Filosofia Jurídica e Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Presidente do Conselho Editorial da Revista *Fenomenologia e Direito – Cadernos da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região* – EMARF. E-mail: aquilesqui@hotmail.com

Pois bem, vejamos então alguns dos conceitos primaciais da fenomenologia, que nos ajudarão a entender a sua proposta metodológica. Em primeiro lugar, a noção de consciência. Saibamos que Edmundo Husserl desenvolveu a sua formação universitária numa ambiência de crise do pensamento, nas últimas décadas do século XIX. Crise de fundamentos. Onde estão os fundamentos da matemática que desde Galileu e Newton, no século XVII, vinham contribuindo, decisivamente, para a manipulação da natureza? Entra a lógica como fundamento, na afirmação de Bertrand Russel. Mas isto não satisfaz e vem Wittgenstein dizendo que os fundamentos do pensamento estão na linguagem. À pergunta de Kant sobre o que posso saber, se contrapõe a pergunta sobre o que posso dizer. Até aí, nada. Apenas afirmações que, à falta de outras mais consistentes, estão aí registradas como decisivas no pensamento contemporâneo. E são muitos os que se orientam por elas.

Essa crise do pensamento foi intensamente vivida por Husserl. O que mais o preocupava era o espírito do naturalismo engendrado pelas ciências naturais. O que é naturalismo? É a crença de que a natureza é a unidade do ser no tempo e no espaço. Portanto, tudo é natureza. Essa crença levaria à conclusão de que a consciência e a razão seriam frutos da natureza. Naturalizar a consciência, naturalizar a razão, naturalizar a vida do espírito que constrói a história era o grande equívoco percebido por Husserl. Mas esse filósofo estava preparado para enfrentar os equívocos do naturalismo. Formado em ciências matemáticas – graduação, doutorado e livre-docência (habilitação para o ensino superior) – Husserl sabia o que estava criticando. A sua formação científica foi decisiva na crítica aos fundamentos da lógica e das ciências naturais. A consciência não pode ser passível de naturalização, uma vez que ela funda, ontologicamente, a própria natureza. Como? Na medida em que é a única instância humana capaz de ver de forma absoluta. Antes de mais nada, é preciso ter claro que consciência é intencionalidade. Ou seja, a essência da consciência é a intencionalidade. Consciência não é fenômeno psíquico, não é psique; é intentio, é “dirigir-se a”. Não há consciência vagando no espaço.

Começamos pela noção de fenômeno. O que fenômeno? Em princípio, fenômeno é o que aparece à consciência. Fenômeno é o manifestar-se do mundo dos objetos. Essa manifestação só pode acontecer na interação da consciência com o mundo. Fenômeno e consciência são termos correlatos. Os objetos só existem para a intencionalidade da consciência e esta, por sua vez, só existe para os objetos. Ou seja, intencionalidade é intencionalidade de objetos e objetos são objetos da intencionalidade. Em síntese: o fenômeno só é possível em função da intencionalidade e esta é pura direcionalidade ao fenômeno. Um não existe senão em função do outro. E é essa circunstância que, antes de qualquer coisa, nos leva à compreensão do processo de interação consciência-mundo, superando clássicas dicotomias na relação sujeito-objeto. Não há sujeito sem objeto, nem objeto sem sujeito. Portanto, falar da pureza do sujeito seria admitir que a subjetividade em geral pode prescindir da impureza do mundo e submetê-la aos caprichos da linguagem matemática, na maneira procedimental cartesiana. Sujeito-mundo, sujeito-objeto, sujeito-natureza, e tantas outras dicotomias não produzem sentidos epistemológicos senão a partir da interação consciência-mundo, consciência-objeto, consciência-natureza, e vai por aí... Essa interação da consciência com o mundo é que define o fenômeno como aquilo que é dado à pessoa humana no universo da sua vivência. Ou seja, a interação consciência-mundo expressa, originariamente, o retorno às “coisas mesmas” na linguagem husserliana. Mundo e intencionalidade são indissociáveis, posto que a evidência do mundo depende da intencionalidade intuitiva da consciência e, por sua vez, a intencionalidade depende da existência do mundo, uma vez que sem este ela seria apenas intencionalidade do nada...

No mesmo plano se inscrevem as percepções. Perceber é perceber algo. A percepção será sempre percepção de alguma coisa, seja essa coisa real – o livro que está diante de mim – seja ela ideal ou fictícia – as linguagens lógico-matemáticas ou as criações imaginárias. Ao perceber, sempre percebo algo, ainda que os mecanismos da minha percepção estejam embotados por distorções fisiológicas. Mas vamos com calma. A ideia de percepção na fenomenologia é um pouco diferente daquilo que os psicólogos apregoam como percepção. O perceber integra a vida da pessoa humana. Vivemos

orientados pela percepção. Ou seja, a percepção é o caminho da realização da nossa existência. Mas, para a fenomenologia, nós percebemos não as coisas, mas “estados de coisas”. Se a palavra de ordem da fenomenologia é o “retorno às coisas mesmas”, na pureza das suas manifestações enquanto fenômenos puros, a nossa percepção do mundo se envolve com “coisas” e não com fatos com os quais se comprometem as ciências naturais. E as coisas se manifestam à intencionalidade perceptiva de infinitas maneiras, nos seus infinitos “estados”. É de Husserl a afirmação de que “fenomenologia é ciência do vivido”. E ciência do vivido é atividade perceptiva que se exerce sobre “estados de coisas” e não sobre coisas. Por quê? As coisas constituem a abertura dos horizontes do mundo. Convivemos com as coisas e devemos entender (evidenciar) os seus modos de ser a fim de não mergulharmos no mundo dos objetos e não naufragarmos na ingenuidade da percepção imediata. É percebendo os “estados de coisas”, os modos pelos quais as coisas se manifestam, que descortinamos os horizontes do mundo.

Tudo isso envolve uma outra noção revolucionária referente à ideia de objeto. O que é objeto? Objeto é tudo aquilo que é intencionado, quer sua natureza seja real, ideal ou fictícia. Temos objetos reais (caneta), ideais (linguagem lógico-matemáticas) e imaginários em geral. Tudo que é mostrado à consciência é objeto. Ao intencionar o diabo ou demônio, figura que aparece na maioria das sociedades antigas e permanece até aos nossos dias, intenciono um objeto tido, historicamente, como representante do mal. Tudo que ao imaginar imagino é objeto. Portanto, o mundo dos objetos é constituído de tudo aquilo que é manifestado à consciência. Isto não significa que todos os objetos sejam evidentes por si mesmos ou que tenham existência real. Somente a intuição direta confere evidência a eles. Nem por isto deixam de ser objetos para a consciência intencional.

O componente fundamental do método fenomenológico instituído por Husserl é o que chamamos redução fenomenológica. O que é isto? De várias maneiras tem sido interpretada a ideia husserliana de redução fenomenológica, tendo em vista as oscilações do próprio autor no sentido de precisá-la. Podemos facilitar sua compreensão, afirmando que a redução compreende três momentos básicos: a redução psicológica, a eidética e a transcendental, cada

uma envolvendo momentos sucessivos de compreensão e interpretação do mundo. A psicológica marca o início da nossa conversão ao modo de pensar fenomenológico, porque o esforço da reflexão se dirige à colocação do mundo “entre parênteses”, ou seja, suspendemos, provisoriamente, a nossa crença ingênua na vigência do mundo, como ele se nos apresenta. Não se trata de qualquer forma de ceticismo, pelo contrário, é uma tentativa de recuperação do próprio mundo naquilo que ele é. Quando reduzimos os objetos do mundo a puros fenômenos, estamos caminhando para a sua reconstrução infinita, porque os objetos do mundo nos levam muito além dos próprios objetos. Como? Os objetos, tais quais objetivados pelas ciências, são petrificados como se tudo pudesse ser resumido na sua manifestação. Entretanto, os objetos do mundo estão carregados de sentidos, que se expandem nas suas inter-relações, enquanto “estados de coisas” a serem percebidos. Portanto, a redução psicológica representa o momento inicial da adesão ao método fenomenológico porque supõe a pretensão de uma re-leitura do mundo de maneira radical, “voltando às coisas mesmas”, tais como se manifestam. Colocamos entre parênteses toda a objetividade explicativa das ciências e voltamos aos mesmos objetos do mundo, perquirindo os infinitos sentidos da sua manifestação. Desta forma, podemos compreender que a explicação científica da objetividade do mundo não esgota seus sentidos. Os objetos, enquanto “coisas”, nesta primeira redução, se manifestam à consciência na sua pureza de fenômenos e, ao mesmo tempo, como abertura infinita a novos horizontes e infinitas possibilidades.

O segundo momento da redução fenomenológica, a redução eidética (de eidos = essência ou ideia) nos leva para além do puro manifestar-se dos fenômenos. Atingimos um novo patamar, onde tentamos descrever as suas essências. Portanto, é o momento em que os objetos do mundo são reduzidos às suas essências.

No terceiro momento, o da redução transcendental, as essências desveladas no segundo momento, são vivenciadas e evidenciadas na ordem da consciência transcendental, ou seja, na sua simplificação, na ordem da subjetividade do “eu penso”. Essências são sempre essências dos objetos, das “coisas”, que são levadas à instância transcendental, à instância do “eu penso”,

como tribunal da evidenciação. Nesse tribunal funciona a reflexão em torno das evidências extraídas do mundo da vida. A pretensão é evidenciar o mundo da vida. Essa pretensão só pode se dar no espaço transcendental, enquanto lugar privilegiado da evidenciação – aliás o único lugar – em que o sujeito está diante de seu objeto, numa correlação de dependência recíproca, tendo em vista que um não existe sem o outro.

É necessário ter claro que estes três momentos da redução fenomenológica estão intimamente articulados em torno do propósito de edificação de uma ontologia do mundo da vida. Pela redução psicológica, o mundo dos objetos, ou das coisas, se restringe a puros fenômenos; pela redução eidética, o mundo se restringe às suas essências e, pela redução transcendental, o mundo se subordina ao plano da reflexão, do “eu penso”, enquanto instância evidenciadora do próprio mundo. No fundo, poderíamos dizer que a atitude fenomenológica é a tomada de posição radical do ego que pretende constituir o mundo a partir de si mesmo. E constituir significa evidenciar. Ele é o polo ideal da consciência, possibilidade de conhecimento do mundo. Enquanto que para Descartes o ego era uma coisa pensante, Husserl o toma não como coisa e sim como polo da consciência. Essa atitude fenomenológica pressupõe a consciência como intencionalidade e visa a interação da subjetividade com o mundo. Aliás, a fim de evitar confusão no que diz respeito ao binômio subjetividade-objetividade, tão exposto historicamente, Husserl introduz os termos noesis e noema para significar o mesmo empreendimento do espírito. São conceitos próprios da fenomenologia que devem ser esclarecidos. Noesis é a atividade subjetiva da consciência, é a exploração do sol da consciência, é a originação do pensamento. Atividade noética é atividade de conhecimento. É o ponto inicial a partir do qual instauramos a nossa ação cognoscitiva pela via do pensamento. Noema é a unidade significativa encontrada no objeto. A novidade desses termos pode ser traduzida pela verificação do fato de que existe uma fundamental relação noético-noemática na intenção eidética, ou seja, no plano da descrição das essências. O mesmo quer dizer em relação à dicotomia sujeito-objeto que agora é compreendida na interação consciência-mundo. Toda intenção descritiva das essências implica a atividade noética-noemática, ou seja, a

atividade subjetivo-objetiva de interação da consciência (intencionalidade) com o mundo.

Passemos, então, ao exame da ideia de intuição e de percepção. Intuir significa estar presente ao objeto intuído (do latim *intus* = dentro de alguma coisa). A intuição torna possível o conhecimento das coisas. Princípio primeiro é a atitude intuitiva, porque somente ela nos mostra a plenitude da presencialidade dos objetos do mundo circundante. Mundo de objetos é mundo percebido. A percepção visualiza os horizontes de sentidos do mundo. O mundo é a totalidade dos horizontes percebidos. Portanto, a ideia ou conceito de intuição é fundamental no pensamento fenomenológico. A intuição é o momento instaurador da percepção. Intuindo, percebo. Por isso mesmo, o mundo, fenomenologicamente considerado, é o mundo percebido na multiplicidade dos seus sentidos e não a totalidade dos seus objetos. Toda percepção está carregada de intencionalidade intuitiva em direção à descoberta de novos sentidos. Mas este mundo percebido é o mundo da vida (*Lebenswelt*), o que nos indica uma relação entre intuição, percepção e mundo da vida.

Já foi dito que o conjunto da crítica fenomenológica à tradição da cultura ocidental recai sobre o processo da sua idealização a partir do matematismo, do espírito quantificador. A geometria nasce na Grécia antiga como instrumento da agrimensura. Era necessário idealizar as medidas da terra, com a possível precisão dos instrumentos matemáticos. O fluxo do mundo vivido vai aos poucos sendo dominado pela idealização elaborada no campo da subjetividade, enquanto possibilidade de dominação da natureza pela via do *logos*, da razão fabricadora. E toda história ocidental obedece a essa intenção idealizante, nas suas mais variadas manifestações. O homem cada vez mais se afasta do seu *lócus* natural para apegar-se à ordem das criações subjetivas. Já na linguagem fenomenológica, a intuição é o “princípio dos princípios” porque somente ela nos remete ao dado imediato, ao que está aí, diante de nós, aos objetos presentes à intencionalidade perceptiva. Intuição e percepção são termos que se complementam mutuamente, na interação consciência-mundo.

A concepção fenomenológica do mundo da vida é indissociável da noção de essência. A noção de essência não está longe do eidos, da ideia, na formulação platônica. Essência é ideia. Mas, na fenomenologia, a ideia está irreversivelmente relacionada com as coisas do mundo da vida, sem qualquer compromisso com o “mundo das ideias” de Platão. Não ocorre a separação entre o mundo das ideias e o mundo real, conforme a concepção platônica, segundo consta do Livro VII da obra intitulada República. O mundo da experiência para Platão é o lugar da impureza, da degenerescência – lugar de todos os males. Já o mundo das ideias, com seus arquétipos eternos, seria o lugar de contemplação dos miseráveis humanos absolutos no desastre do movimento do mundo. Platão descende da herança de Parmênides. É necessário encontrar um ponto a partir do qual possamos continuar afirmando que o Ser é, e o não-Ser não é. Esse ponto para Platão é o mundo das ideias – o que verdadeiramente é. O bem é a ideia suprema, mas nem por isso fica excluída a ideia do mal. Em síntese, tudo o que pensamos na vida terrestre deve subordinar-se à imitação do protótipo ideal do mundo das ideias, sobretudo as nossas ações relacionadas ao justo e ao injusto. Numa dialética de ascese – contemplação das ideias – e de descese – volta ao perigoso caminho do mundo corrompido – estaremos exercitando a suprema virtude de purificação das nossas almas que, certamente, transmigrarão para outros corpos.

Todo esse preâmbulo é para dizer que a concepção de essência na fenomenologia não pode, simplesmente, ser equiparada ao eidos platônico, ao conceito de ideia em Platão. Não existe separação entre os mundos. As essências são percebidas a partir do mundo da vida e não concebidas como fórmulas adequadas à explicitação dos objetos. É a interação consciência – mundo que propicia a visada dos objetos. E a visada intuitiva dos objetos do mundo da vida me leva à descrição das essências universais, imutáveis e irreduzíveis.

Dizemos comumente que as coisas são. Mas o que é o que é? Pois a essência responde à pergunta sobre aquilo que é o ser das coisas. A essência diz do ser das coisas e não de uma ideia elaborada “a priori” no campo da subjetividade para adequar-se ao ser das coisas. Ou seja, toda

essência será sempre essência de objetos. Essência é aquilo que descobrimos como invariante nos objetos. Por exemplo, quando no campo dos objetos ideais (matemáticos) dizemos que $3+2 = 5$, a ideia de pentadecimalidade aí descoberta é uma invariante universal. Por mais que mudemos os números em busca da pentadecimalidade chegaremos ao mesmo resultado. É o que permanece. É isto que permanece como validade universal é a essência. Aliás, a linguagem lógico-matemática constitui um universo exemplar de essências. Os seres ideais da matemática já se manifestam com as características de universalidade, imutabilidade e irreducibilidade. Da mesma forma, poderíamos exemplificar em relação aos objetos ou coisas reais que constituem o nosso mundo circundante. Num exemplo tão ao gosto de Husserl, podemos citar uma partitura musical. Por mais que mudem as orquestras e os instrumentos, por múltiplos que sejam os arranjos, uma sinfonia continuará sempre sendo ouvida como aquela produção do artista para a eternidade – a arte verdadeira nunca perece. A essência da sinfonia permanecerá para sempre.

Da mesma forma, podemos exemplificar com o Direito, já que minha área de pesquisa é a fenomenologia do direito. Por mais que as leis sejam modificadas, permanece a ideia de Direito. Interessa-nos, neste momento, falar da sua essência como exemplificação daquilo que nele é permanente. A ideia de Direito é precedida do sentimento do Direito. Esse sentimento é fonte originária de toda organização jurídica. Sendo a destinação do Direito a realização da justiça, existe entre todos os povos uma pré-compreensão do justo e do injusto. Sendo assim, vemos que a essência do Direito não está na lei, mas na ideia de justiça. Essa ideia é um valor inerente à pessoa humana a qual se cristaliza na tessitura de regras de conduta impostas aos povos, em direção à realização desse valor. A essência do Direito pertence ao conteúdo referencial da vivência da justiça. Enquanto valor, a justiça é um ideal que exerce uma pregnância sobre todos os povos. Descrever as essências do Direito e da justiça é perceber e intuir os modos de equilíbrio dos povos no processo civilizatório, ou seja, os modos de ser do homem enquanto lugar radical do justo e do injusto.

Por último, em relação à essência, devemos ter sempre presente que esta “representa” os sentidos do mundo – os seus verdadeiros sentidos. As

ciências naturais transformam o mundo num reino de objetos, onde não há lugar para indagações a respeito de seus sentidos, de suas essências. E é exatamente esta questão que impulsiona todo o movimento fenomenológico. O que é o que é? A resposta do que é se evidencia como sentido e não como algo objetivável. Objetificação é trabalho das ciências. Descoberta de sentidos é trabalho do pensamento. Interessa às ciências o domínio técnico dos objetos como projeto de domínio objetivo do mundo. À fenomenologia interessa os sentidos desse domínio. Daí o questionamento da dominação da técnica que impera nos nossos dias, sem qualquer observância dos contextos referenciais de sentidos que envolvem os objetos nas suas múltiplas manifestações à consciência intencional perceptiva.

Em geral, a nossa vida cotidiana se desenvolve no plano da doxa (opinião) e não no campo da episteme (ciência), para indicar a dicotomia suscitada pelos gregos antigos. Exercitamos a nossa existência acreditando nas evidências imediatas do nosso mundo circundante, do mundo particular que construímos como opção da nossa vivência. Cada operário tem como interesse imediato os utensílios que compõem o mundo do seu trabalho e os materiais de que necessita para realizá-lo. O mundo particular aprisiona os indivíduos nas suas evidências primitivas, pois as pessoas estão ligadas, fundamentalmente, àquilo que lhes interessa para solução de suas necessidades. Interesses e necessidades constituem o movimento da história, o que nos ajuda a esclarecer o apego do homem ao “seu” mundo, cuja manifestação é apreendida pela doxa que lhe parece de cristalina evidência. O conhecimento específico (opinião) do carpinteiro sobre a madeira conduz os seus atos para a construção dos objetos de madeira. Ciência e filosofia não fazem parte de suas preocupações porque ele está voltado para a imediatez do seu mundo, naquilo que ele representa de possibilidade de realização das urgências da vida. Com essa atitude, fragmenta os horizontes que constituem o mundo único, transformando-o num só horizonte. O mundo não é a totalidade dos objetos e sim a totalidade de horizontes. E essa totalidade de horizontes depende da nossa percepção de mundo. Mundo é mundo histórico-cultural, onde encontramos todas as possibilidades de experiência, estética, religiosa, mística. Fica claro que o objetivismo científico não esgota o campo da

experiência, porque existem múltiplas dimensões da experiência humana que se distendem no mundo da vida. Pois bem. Evidência é algo que se dá pela intuição imediata. A intuição, já sabemos, é o “principio dos princípios”. Ela nos coloca na relação direta e imediata com os objetos. É como se disséssemos: “não me explique, estou vendo”. Esse ver imediato caracteriza a evidência. Como essa evidência será tratada na ordem transcendental, ou seja, na ordem da reflexão, é outro problema. O fato é que evidência será sempre evidência de objetos, quer sejam reais ou ideais.

Outra noção que deve ficar clara é a de ego transcendental, uma vez que diz respeito à legitimação radical da atitude fenomenológica. É no ego transcendental que aparecem todas as evidências. Na ordem transcendental, ou seja, no espaço do “eu penso”, as evidências se manifestam a partir da vivência primitiva do mundo da vida. O ego transcendental é o eu puro. Esse eu absolutamente disponível ao pensamento. É a esfera subjetiva em que o mundo encontra a possibilidade última da sua evidenciação. Husserl não foi o primeiro a tratar dessa esfera transcendental. Os mais notáveis pensadores da modernidade já o fizeram, desde Descartes aos nossos dias. No caso da fenomenologia, a questão se mostra de maneira diferente. O ego transcendental é o lugar da evidenciação. A experiência da evidência “primitiva” se dá no mundo da vida. O ego transcendental, enquanto espaço de evidenciação, exerce, em última análise, o papel de última instância evidenciadora do mundo. Porque não há pensamento sem sujeito pensante, assim como não existe mundo verdadeiro para além da experiência “primitiva”. Estamos no mundo e frente ao mundo, frente a todos os objetos que nos circundam. E somente a subjetividade transcendental pode encarregar-se da mostração originária e evidenciadora desse mundo. É aí que encontramos a possibilidade originária de esclarecimento do mundo, ou seja, de auto-constituição e auto-evidenciação da aventura da história humana. Afinal, invocando o transcendentalismo kantiano, poderíamos afirmar que é no diálogo da razão consigo mesma que encontramos os princípios supremos de todas as coisas.